

**A VISÃO ULTRAMONTANA DE  
D. CARLOS LUIZ D'AMOUR, BISPO DE CUIABÁ:  
O CLERO EM MATO GROSSO (1878 A 1921)**

*Sibele de Moraes\**

**RESUMO**

*O presente texto procura demonstrar a posição do bispo diocesano D. Carlos Luiz D'Amour, diante da adoção de uma política de regeneração do clero secular mato-grossense em consonância com o episcopado brasileiro no período de transição do Império para a República. Cartas Pastorais, Visitas Pastorais, correspondências expedidas/recebidas, portarias e periódicos da imprensa local constituem-se em fontes deste trabalho.*

**ABSTRACT**

*This text is an attempt to demonstrate the position maintained by the Diocesan Bishop, D. Carlos Luiz D'Amour, with regard to the adoption of a policy of regeneration of the secular clergy of Mato Grosso in compliance with the Brazilian episcopate during the period of transition from the Empire to the Republic. Pastoral Letters, Pastoral Visits, sent/received mail, administrative rules, and local press periodicals are the sources of this work.*

*(...) sem um bom clero não pode prosperar a Religião (...).<sup>1</sup>*

O movimento ultramontano, surgido no final do século XVIII na Europa, tinha por base a reação da Igreja Católica às idéias pregadas pelo discurso do mundo moderno<sup>2</sup>, com enfoque na con-

---

\* Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da UFMT e pesquisadora do Núcleo de Documentação e Informação histórica Regional (NDIHR/UFMT)-

1 A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, s. p., 8/maio/1881. Parte oficial do Relatório com que o general Barão de Maracaju, ex-presidente da Província de Mato Grosso, pretendia abrir a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da respectiva Assembléia, no dia 3 de maio de 1881, rolo 26, NDIHR.

solidação da autoridade papal, em matéria de crença e disciplina.

No Brasil, esse movimento começou a se consolidar a partir da segunda metade do século XIX. Com o gerenciamento das questões religiosas pelo Estado, o clero brasileiro permaneceu, até o advento da República, apartado de Roma. Nessas condições, os membros do clero se comportavam mais como funcionários do Estado do que como membros da hierarquia eclesiástica católica subordinada a Roma.

No entanto, a falta de investimentos na construção de igrejas, sendo que a maioria era edificada e mantida pelos próprios fiéis, aliada ao baixo valor das cômputas recebidas do Estado pelos padres, à imensidão territorial e à falta de sacerdotes, levou a um distanciamento da Igreja em relação à sociedade, permitindo o surgimento de um cristianismo mais familiar do que institucional (FRAGOSO, 1980).

Nesse contexto, a religião católica no Brasil, até o início da República, adquiriu uma especificidade própria, sendo vivenciada mais nas missas, procissões e festas santas do que no cumprimento dos atos sacramentais – frequência assídua às missas, realização da comunhão, casamento, crisma e batizado dos moradores das várias freguesias, o que permitiu a configuração de uma religiosidade mesclada pela multiplicidade das crenças dos vários atores sociais que compunham o cenário brasileiro.

A partir do ano de 1822, com a implantação de um novo modelo político no Brasil, o movimento denominado ultramon-

---

2 O termo moderno é utilizado a partir do referencial de Jacques Le Goff, que afirma: “O modernismo está presente na longa tensão que agita o cristianismo e, em especial, a Igreja Católica, desde a Revolução Francesa até os nossos dias. O aspecto católico do conflito antigo/moderno transformou-se na confrontação da igreja conservadora com a sociedade ocidental da revolução industrial. No fim do século XIX e início do XX, o conflito antigo/moderno no interior do catolicismo sai à luz, concentra-se e radicaliza-se em torno de dois problemas: por um lado, o dogma e, sobretudo, a exegese bíblica e, por outro, a evolução social e política. Neste sentido, moderno tem o sentido de ‘novo’, o que fez com que a Igreja Católica do final do século XIX e início do XX fosse configurada sob os preceitos de estar contra o ‘moderno’” (LE GOFF, Jacques. História e Memória. 4. ed. Campinas: Ed UNICAMP, 1996, p. 180-181).

tano passa a ter maior expressão junto ao bispado brasileiro<sup>3</sup>.

Um dos tópicos de maior preocupação dos bispos ultramontanistas, no reordenamento da Igreja no Brasil, foi a reorganização interna do clero. Reestruturação aquela caracterizada pelo retorno a uma postura de exemplo e retidão, o combate a qualquer manifestação de insubordinação ao poder de Roma, reformulação educacional do clero já configurado e uma nova pedagogia para a formação dos futuros membros, com base na Reforma Tridentina<sup>4</sup>.

Com o fim da Guerra do Paraguai, em vigor de 1864 a 1870, e o crescimento das idéias republicanas, ocorreu um maior acirramento entre as posições de uma Igreja conservadora e de um Estado liberal, resultando na separação da Igreja do Estado quando da implantação da República no Brasil (FRAGOSO, 1980, p. 152).

É neste ambiente de mudanças, pelas quais passava a sociedade, e de lutas por parte do episcopado brasileiro, que situamos a figura de D. Carlos Luiz D'Amour, bispo de Cuiabá.<sup>5</sup>

Quando da chegada na Diocese de Mato Grosso, em maio de 1879, D. Carlos Luiz D'Amour expressava preocupação a respeito do estado em que ela se encontrava. Os templos careciam de reconstrução e de reparos. As pequenas dotações fornecidas pelo

---

3 A partir da independência do Brasil, começou a crescer, dentro dos quadros internos da Igreja Católica no Brasil, duas correntes com idéias distintas: uma liderada pelo Padre Feijó, acompanhado por parte do clero de São Paulo, defendia o fim do celibato e a construção de uma Igreja Nacional; a outra corrente liderada pelo Arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio de Seixas, a favor da reaproximação com Roma. Sobre esse assunto: MATOSO, Kátia M. de Queiroz. Bahia século XX: uma província no império. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

4 A Igreja Católica, diante dos projetos de cunho liberal e moderno, volta-se ao passado, atacando estes novos princípios, baseando suas propostas nas Encíclicas *Quanta Cura* e no *Syllabus*, – que condenavam expressamente o que a Igreja Católica entendia como os principais erros modernos – e na busca da unicidade entre as várias instâncias da hierarquia católica. Para a construção dessa unicidade retoma os ensinamentos pregados pelo Concílio de Trento, deixando de fora todas as diversidades socioculturais.

5 Nascido em S. Luiz do Maranhão no dia onze de junho de 1837. Foi o 2º bispo diocesano, tendo tomado posse da Diocese de Cuiabá em 1879. Em 1910, com a criação das dioceses de Corumbá e de S. Luiz de Cáceres, desmembradas da Diocese de Cuiabá que abrangia todo o Estado de Mato Grosso, a capital Cuiabá foi elevada a Arquidiocese e D. Carlos promovido a arcebispo. Faleceu aos nove de julho de 1921. Governou a diocese durante 42 anos.

governo provincial e distribuídas para as diversas igrejas da província serviam apenas para concertos insignificantes. Os concertos urgentes dos templos corriam por conta dos próprios fiéis.

Neste prisma, a situação encontrada por D. Carlos ao chegar à Diocese de Cuiabá referente ao clero secular não condizia aos parâmetros normatizadores do projeto ultramontano<sup>6</sup>. Muitos dos clérigos participavam da vida pública, realizavam atividades comerciais, como alguns viviam em situação de concubinato:

*O isolamento da autoridade episcopal permitia aos padres que exercessem outras atividades ou profissões liberais. Eles participavam da política, envolviam-se em escândalos públicos, eram proprietários de fazendas e, quando viviam em concubinato, tinham prole numerosa* (MARIN, 2000, p. 159).

A manutenção da distinção das funções entre clérigos e leigos consistia na própria manutenção da instituição, pois, como observa Certeau (2000, p.150), *o padre se torna aquele graças a quem a Igreja se distingue, como sociedade religiosa, da sociedade civil.*

Sob esta ótica, na vivência cotidiana, parte dos clérigos portavam-se mais como homens comuns, na não observância das normas advindas de Roma e dos preceitos sinalizadores determinados pelo Concílio de Trento, o espaço de distinção entre os dois segmentos – clérigos e leigos – estaria quebrado, o que poderia levar não só ao afastamento dos fiéis, mas ao fim da Instituição.

Visando à mudança de tal situação, o primeiro ato administrativo de D. Carlos Luiz D'Amour foi a busca da reorganização do clero: *A reforma dos costumes no clero existente foi o nosso pri-*

---

6 Este movimento no Brasil recebeu o nome de Romanização, termo utilizado por vários estudiosos do período denominado de ultramontanismo para caracterizar o processo de reaproximação a Roma vivenciada pela Igreja brasileira. Entre esses autores, citamos FRAGOSO, Hugo. A Igreja na formação do Estado Liberal. In: HOORNAERT, Eduardo (ORG. ) História da Igreja na América Latina. História da Igreja no Brasil. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 143 – 152 e BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Igreja e poder em São Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908 – 1920). São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

*meiro cuidado, o que nos acarretou não poucos trabalhos e desgostos*<sup>7</sup>.

O número reduzido de clérigos seculares, o não cumprimento das normas canônicas agravavam as dificuldades do bispo D. Carlos frente à Diocese de Cuiabá. A solução prevista para a resolução de tais problemáticas estaria na implantação de um projeto unificador. Esse projeto resultaria na unificação e reorganização do clero, sob um modelo hierárquico e centralizador.

Buscava-se não só a construção de um clero mais esclarecido, seguidor das normas pregadas por Roma, mas também procurava, paulatinamente, retirar das mãos dos leigos as atividades religiosas que antes eram geridas e organizadas pelas confrarias e irmandades (GAETA, 1997).

D. Carlos, em sua primeira Carta Pastoral com o propósito de remodelar o clero vigente em Mato Grosso, conclamava os párocos a: *partilhar conosco o cuidado do Rebanho*<sup>8</sup>, outorgando-lhes a função de “sentinelas” da religião Católica. Dedicou boa parte de seu discurso na tentativa de demonstrar aos párocos a importância de suas funções diante da sociedade no combate às novas idéias liberais.

Pois, aos sacerdotes cabia a recondução dos fiéis aos ensinamentos católicos, numa atitude que levaria à regeneração da sociedade, visto que, dependia dos párocos: *quase todo o bem das almas dos Parochianos, e por um d'estes muitas vezes se reforma um povo inteiro*<sup>9</sup>. Ao manter uma postura digna, honesta, impessoal e amável, os sacerdotes não só modificariam a visão dos habitantes sobre os padres, mas principalmente sobre a própria Igreja Católica.

Para o Bispo D. Carlos, somente através da doutrina católica seria possível trazer o progresso e retirar a população do estado de ignorância em que se encontrava, fazendo com que percebessem *as innumeráveis vantagens de que todos gosamos, professando a fé catholica e vivendo no seio da verdadeira civilização*<sup>10</sup>.

---

7 RELATÓRIO de D. Carlos sobre o Seminário de Cuiabá, s.d. caixa 109. rolo 70. ACMC.

8 CARTA PASTORAL, 1878, p. 10.

9 Ibidem, p. 14.

10 Ibidem, p. 11.

Mesmo consciente do tamanho da sua diocese e do número reduzido de párocos, da situação precária de vida em que estes viviam e do baixo valor das cóngruas, D. Carlos acreditava ser possível mudar esta imagem do real.

Como um homem de fé é sintonizado com os discursos de sua época, julgava que os párocos seriam capazes de realizar a sua missão evangélica; confiava em que seus irmãos de sacerdócio agiriam conforme os ensinamentos cristãos. Suplantariam todas as adversidades, mantendo-se firmes em seus propósitos de levar a todos os habitantes os ensinamentos católicos. Com esta intenção, D. Carlos recordava ao clero de Mato Grosso que o Ministério Sacerdotal requeria *as virtudes de um anjo (...) a alma mais pura do que os raios do sol*<sup>11</sup>.

A falta de sacerdotes “disciplinados” tornou-se um dos grandes obstáculos para a realização do projeto romanizador definido por D.Carlos:

*A inexistência de um clero disciplinado no molde do Concílio de Trento tornava a ofensiva romanizante pouco eficaz. O clero não se identificava com o bispo e suas diretrizes, o que impossibilitou a formação de uma corrente homogênea em termos ideológicos e de ação para superar os problemas e conquistar espaços, a fim de mudar o cenário religioso* MARIN, 2000, p. 168).

Em portaria, no ano de 1908, D. Carlos suspende das atividades eclesíásticas o padre Alfredo Vallauri, natural da Itália e vigário encomendado da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, por celebrar casamento com pessoas de diferentes paróquias e receber em matrimônio uma mulher já casada, entre outros atos condenados pelo Bispo<sup>12</sup>.

No âmbito paroquial, os padres estavam distantes do con-

---

11 Ibidem, p. 12 e29.

12 MARIN, 2000, p. 168.

12 PORTARIA, 1908. caixa 75. rolo 45. ACMC.

trole episcopal e se descuidavam dos deveres religiosos. Em geral, buscavam suprir os rendimentos sobrecarregando os fiéis com taxas (cobranças de espórtulas pelas celebrações religiosas e pela administração dos sacramentos) ou exercendo profissões liberais, embora isso fosse proibido pelo direito canônico (MARIN, 2000, p. 162).

Em correspondência ao bispo D. Carlos, o Padre Joaquim de Souza Caldas justifica o valor cobrado de dez mil réis, mais os emolumentos ordinários por ele recebido, na realização do casamento de Julio C. de Araújo, por ter sido realizado fora da Matriz<sup>13</sup>.

Conforme Portaria de 1899, D. Carlos declarava já ter suspenso das funções eclesiásticas o padre encomendado João Xavier da Silva, da Freguesia de Nossa Senhora do Rio Acima, mas, no entanto, ele continuava a exercer as funções paroquiais.<sup>14</sup>

Apesar das proibições, encontramos nova Portaria, de 1902, na qual D. Carlos declara:

*O Padre João Xavier da Silva, Ex-Vigário Excomungado da Freguesia de N.S. do Rosário do Rio Acima, que se acha suspenso do exercício das ordens sacras desde 14 de Dezembro de 1899, incurso em irregularidade por telas exercido depois de suspenso, e incurso ainda na pena de excomunhão pelos gravíssimos faltas que tem commettido, continua a praticar actos illicitos e melhor na referida Freguesia, com o maior escândalo e prejuízo dos fieis.*<sup>15</sup>

Percebendo a pouca eficácia de suas portarias, D. Carlos enfatizava a população a ajudar:

*E convindo que os nossos amados Diocesanos habitantes da Villa do Rosário não ignorem e pelo contrario considerem no grande mal que lhes provem da presença daquelle infeliz Sacerdote na*

---

13 CORRESPONDÊNCIA recebida, sobre as taxas de valores cobrados por uma celebração matrimonial, 1882, caixa 59, rolo 35, APMC.

14 PORTARIA, 1899, caixa 75, rolo 45, APMC.

15 PORTARIA, 1902, caixa 75, rolo 45, APMC.

*mencionada Freguesia, e principalmente dos Disparates e delictos que alli pratica, e dos quaes não se envergonha nem tem a menor escrupilo pelo seu estado quase continuo de embriaguez, vicio este a que esta afferrado desde longa data (...)*<sup>16</sup>

Em correspondência ao Núncio Apostólico relatando os acontecimentos com o padre João Xavier da Silva, além de caracterizá-lo como portador do vício da embriaguez, alega que o ele vive há anos publicamente em concubinato. Descreve-o como um homem pardo, de mais ou menos 60 anos de idade, que não teve a educação primeira e foi ordenado ao presbitério sem os principais requisitos.

D. Carlos justificava o não-cumprimento de sua primeira portaria, datada do ano de 1899, a qual determinava que o padre se afastasse dos serviços eclesiásticos, devido a ele estar *instigado por alguns inimigos da Igreja*<sup>17</sup>. Fato que D. Carlos confirmava ao enviar um novo sacerdote para a Freguesia do Rosário do Rio Acima. O referido padre, ao chegar à freguesia, não assumiu suas funções pelo fato de que *quando alli chegou para assumir sua administração, foi repellido pelos que se dizem amigos do Padre João Xavier, com a declaração de que nenhum Sacerdote será alli recebido*<sup>18</sup>.

Diante de tais acontecimentos, D. Carlos aponta que o supracitado padre continuava a administrar os socorros espirituais sem estar autorizado. Requeria, portanto, ao Núncio Apostólico que interferisse junto ao Governo da República solicitando o afastamento do padre Xavier.

Em resposta, o Núncio retrata claramente as relações entre Estado e Igreja no início do século XX:

*(...) com devida atenção e com soma pesar a exposição que v.ex.revmo. faz da conduta escandalosa e rebelde do Vigário João*

---

16 Ibidem.

17 CORRESPONDÊNCIA expedida ao Núncio Apostólico relatando o caso do padre João Xavier da Silva. 1901, Caixa 123, rolo 85, APMC.

18 Ibidem.

*Xavier da Silva instigado por amigos e políticos do lugar. Mas o meu desprazer cresce em excesso com a convicção que tenho de que este Governo Federal, mais escrupulosos do que os Governos Estaduais em atuar o programa de separação entre Igreja e o Estado, ainda por temor da imprensa e das Câmaras, negaria-se absolutamente para qualquer interferência.(....)*<sup>19</sup>

O Núncio Apostólico surpreendentemente responde a D. Carlos, que diante da posição do Governo Federal em atuar a favor da separação da Igreja Católica do Estado, não visualizava outro meio do que *confiar em Deus e deixar o tempo o remédio a tão grande mal*<sup>20</sup>.

O envolvimento do padre Xavier no âmbito da política local<sup>21</sup> é detectada em correspondência de Américo Brasil, recebida por D. Carlos no ano de 1914, onde aquele comunica ao bispo a atuação do já citado padre João Xavier da Silva, da Freguesia de Santo Antonio do Rio Acima, acusando-o de participação política, que era proibida pelo bispo:

*(...) abandonando os deveres que seu para com a igreja e a Religião, só se interessa em fazer políticas, junto tenho a honra de submeter ás mãos de V. S. um boletim hontem aqui distribuído em que entre outros também se subscreveu o referido Pe. (...) hontem contra ás terminantes ordens de V. S. vestiu-se a paizana, tomando a lancha Sant'Anna (...) para tomar parte em uma reunião na Usina Conceição.*<sup>22</sup>

---

19 CORRESPONDÊNCIA recebida do Núncio Apostólico sobre a questão do padre João Xavier da Silva. 1901, caixa 96, rolo 58, APMC.

20 Ibidem.

21 Salientamos que o período corresponde à passagem do século XIX ao XX foi extremamente oscilante nas questões das políticas governamentais em Mato Grosso, sendo que o maior acirramento se deu entre os anos de 1899 a 1906. Sobre o assunto Ver: SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. A ocupação pioneira da região do rio Cuiabá abaixo. Cuiabá: IHGMT, 1997. Da mesma autora, ver, Revivendo Mato Grosso. Cuiabá: SEDUC, 1997. Ver também SILVA, 1997, PÓVOAS, 2000, CORREA, 1995.

22 CORRESPONDÊNCIA recebida, de Américo Brasil relatando a participação política do Pe. João Xavier Silva. 1914, caixa 59, rolo 35, APMC.

D. Carlos Luiz D'Amour suspendeu dos exercícios eclesiásticos, em 1896, o padre Bernardo Barros Pereira, por ter apresentado documentação falsa para ocupar o referido cargo<sup>23</sup>.

Conforme o processo aberto contra o ex-padre Bernardo Barros Pereira, da Freguesia de Santo Antonio do Rio Abaixo, de 26 anos de idade, natural da Espanha, fica identificado que ele falsificou a documentação para assumir as funções eclesiásticas em Mato Grosso. Alegando ser domiciliado na República do Paraguai, apresentou como documentação uma carta do bispo do Paraguai, solicitando a D. Carlos que o elevasse à ordem de Diácono e Presbítero, o que foi realizado. Mas, ao receber a denúncia do Cônego Fiscal Geral do Arcebispado de Buenos Aires, o bispo de Cuiabá expediu portaria suspendendo-o das funções eclesiásticas<sup>24</sup>.

Na visão de D. Carlos, tal atitude devia-se ao fato dele acreditar que não seria punido, porque, nas palavras de Bernardo: *nestes casos havendo dinheiro tudo se arranja. Que se não obtiver o perdão do Bispo, há de conseguil-o do Papa*<sup>25</sup>.

Pela correspondência analisada, percebe-se que o ânimo de D. Carlos diante do acontecido era de extrema revolta, para ele, o processo se arrastava e não podia anunciar quando terminaria, devido ao fato de que a favor do réu *tem apparecido protecção*<sup>26</sup>.

O resultado do processo civil não foi possível apurar, mas em correspondência de D. Carlos ao Núncio fica claro que Bernardo Barros retirou-se da Diocese de Cuiabá para o Rio de Janeiro, mas não antes de deixar uma ameaça implícita à pessoa de

---

23 CORRESPONDÊNCIAS expedidas, consultando sobre a suspensão dos deveres eclesiásticos do Pe. Bernardo Barros Pereira, 1896, caixa 59, rolo 59, ACMC.

24 Sobre o assunto ver: CORRESPONDÊNCIAS expedidas ao Núncio Apostólico, aos arcebispos do Paraguai e de Buenos Aires, caixa 123, rolo 85, caixa 96, rolo 58, bem como correspondência recebida do Núncio Apostólico e do Arcebispo do Paraguai, todas datadas de 1886, caixa 96, rolo 58. Ver também Portaria afastando Bernardo Barros Pereira, Sentença contra o mesmo, 1886, caixa 75, rolo 45, ACMC.

25 Ibidem.

26 CORRESPONDÊNCIA expedida ao Núncio Apostólico consultando sobre como deve proceder à frente aos acontecimentos, 1886, caixa 123, rolo 85, ACMC.

D. Carlos, conforme ele mesmo relata:

*Declarou publicamente perante o Juiz de Direito desta Comarca que retirava-se de Cuiabá para não fazer o mesmo que ultimamente fez um Sacerdote ao Exm Bispo de Madri. Ele referia-se ao assassinato do reverendo Bispo de Madri<sup>27</sup>.*

Quanto à situação do celibato clerical na Diocese de Cuiabá, foi um dos tópicos discorridos por D. Carlos na Carta Pastoral publicada de 1878, o qual conclamava os sacerdotes a uma vida calçada na probidade moral. A falta de uma moral celibatária e firmada nos preceitos católicos seria uma ação desagradável, condenada por Deus, mas, principalmente, um ato de escândalo perante a sociedade. Quem assim agisse, seria indigno de fazer parte da Igreja Católica. Os ministros deveriam ser o exemplo de integridade em todos os aspectos de suas vidas: *a virtude deve se tornar sensível nas palavras, nas obras, nos gestos, no vestir, na atitude, em tudo<sup>28</sup>.*

Em pastoral de 1883, ao relatar novamente sobre a questão do celibato, faz referência ao arcebispo da Bahia Marques de Santa Cruz, em se tratando da solução para o abatimento em que se encontrava o clero, não estava no fim do celibato, mas na reforma dos costumes públicos, como a abertura de Seminários Episcopais (LEITE, 1979, p. 57).

Considerando o não-cumprimento do voto de castidade por alguns padres na Diocese de Cuiabá, temos como exemplo o Côn. Manuel Ferreira. Nascido em Cuiabá, realizou seus estudos no Seminário São José, em Angra dos Reis-RJ. Foi vigário da Freguesia de Santana do Paranaíba, secretário do bispado, professor, procurador fiscal do Tesouro e deputado provincial. Ocupou o cargo de reitor do Seminário Episcopal da Conceição e foi governador da Diocese de Cuiabá no período de vacância entre a morte de D. José Antônio Reis e a posse de D. Carlos Luiz

---

27 CORRESPONDÊNCIA expedida ao Núncio Apostólico, relatando o caso Bernardo Barros Pereira, caixa 123, rolo 85, ACMC.

28 CARTA PASTORAL, 1878, p. 21.

D'Amour. Teve dez filhos e veio a falecer em 1880.<sup>29</sup>

A questão do voto de castidade foi um dos tópicos de atrito entre a corrente católica e a elite intelectual mato-grossense, representada nas páginas do jornal *A Reacção*:

*Se a simples existência do clero secular católico sugador e inútil, com pretensões a conservar dogmas bolorentos à custa de tenebrosos mistérios e milagres de pés quebrados, ocultando sob um falso manto de castidade, a caverna hedionda de um celibato pornográfico, túmulo traidor de honra de milhares de virgens.*<sup>30</sup>

Contraopondo-se aos ataques da corrente dos livres-pensadores, a Igreja Católica contra-atacava através do jornal *A Cruz*, considerando as referidas matérias como caluniosas e conclamando os católicos cuiabanos a se organizarem em defesa da moral cristã:

*Errôneas e funestas doutrinas infiltram-se por toda parte ameaçando a ordem e a segurança pública: associações insensatas procuram arrancar do povo as crenças dos seus antepassados e desprestigiar a religião de Jesus Cristo.*

*Não podemos e não devemos assistir de braços cruzados ao entibiar a fé. Ora, surge animadora, em todo o Brasil, idéia da agremiação de todas as forças catholicas para a defesa dos legítimos direitos da Igreja e cada um dos seus membros.*

*Cumpre-nos, pois catholicos cuyabanos, organizar a resistência a de moralização social, trabalhamos a restauração de Jesus cristo na família e na sociedade e para lustre da Religião e da Pátria.*<sup>31</sup>

As denúncias estampadas nas páginas dos jornais ou nos requerimentos e abaixo-assinados pela população, contra a atitude de alguns padres, evidenciavam a situação do clero secular;

---

29 Levantamento realizado pelo Padre Cometti nos testamentos de alguns clérigos que pertenciam ao quadro clerical, entre as administrações episcopais de D. José dos Reis e D. Carlos Luiz D'Amour, manuscritos, APMC.

30 A REACÇÃO, n. 9 /mar/1911, p. 169, rolo 61, NDIHR.

31 A CRUZ, jun. /1910, p. 2, rolo 38, NDIHR.

durante a gestão administrativa de D. Carlos Luiz D'Amour.

Conforme podemos perceber, em ofício do chefe de polícia ao bispo de Cuiabá comunicando a existência de uma representação popular dos moradores de Santo Antonio do Rio-Abaixo contra o Reverendo Vigário Antonio Manoel Bicudo, solicitando ao bispo sua interferência, pois: (...) *o procedimento do mesmo Vigário em relação á aquelles habitantes produssir mais tarde algum conflicto desagradável (...)*.<sup>32</sup>

Diante das dificuldades relacionadas ao concubinato de sacerdotes, D. Carlos esbarrava ainda na falta de condutores de seu rebanho, o que acumulava obstáculos mediante ao seu projeto de Romanização.

No ano de 1878, sob administração do cônego Manoel Pereira Mendes<sup>33</sup>, a Diocese de Cuiabá era composta de 16 freguesias, das quais, 12 encontravam-se providas de pároco e as demais, vagas, por falta absoluta de sacerdotes.<sup>34</sup>

Em 1901, D. Carlos demonstrava suas principais dificuldades perante sua administração da Diocese de Cuiabá: *Estou por assim dizer isolado e nem tenho um Secretario que me auxilie no expediente do bispado, de sorte que todo o trabalho passa por mim*<sup>35</sup>.

MARIN, ao relatar a situação das paróquias do sul de Mato Grosso comenta: *muitas das paróquias permaneciam por anos sem sacerdotes, citando como exemplo, as paróquias de Miranda, que ficou vacante por quinze anos, e de Nioaque, que estava sem pároco residente desde a sua fundação, em 1877, até no ano de 1960* (MARIN, 2000, p.25).

No período de 1896, apenas seis das dezesseis paróquias estavam providas de párocos, devido ao fato de que os clérigos, em sua maioria, eram impedidos pela idade avançada ou por enfermida-

32 CORRESPONDÊNCIA recebida, encaminhando abaixo – assinado contra o vigário Antonio Manoel Bicudo, 1885, caixa 59, rolo 35, APMC.

33 O cônego Manoel Pereira Mendes encontrava-se na direção do Bispado de Cuiabá como procurador de D. Carlos Luiz D'Amour.

34 O LIBERAL, n. 388, 13 /dez/1879, p. 1-2 (recorte de jornal) caixa 125. rolo 87. APMC

35 CORRESPONDÊNCIA expedida ao Núncio Apostólico, 1901, caixa 123, rolo 85, APMC.

*des de evangelizar. Outros estavam impedidos moralmente do fazê-lo* (MARIN, 2000, p. 160).

Entre 1879 e 1901, percebe-se uma redução de doze para nove no número de sacerdotes que compunham o quadro eclesiástico secular, sob a direção de D. Carlos Luiz D'Amour, e, desse total, dois ocupavam cargos junto à administração da Diocese.

Sob a ótica de D. Carlos, a reestruturação do clero secular baseava-se na reorganização do Seminário Episcopal da Conceição para a formação de novos padres. Mas, a situação encontrada no Seminário, em 1879, era a de que os três seminaristas ali existentes não correspondiam à conduta e parâmetros estabelecidos pelo bispo de Cuiabá. Em suas palavras, *indisciplinados e de péssimos costumes*<sup>36</sup>, tendo que expulsá-los. Porém, considerou que eles não poderiam portar-se de outra forma, já que os seus superiores assim o faziam sem dar o bom exemplo: *quase todos os directores davam-lhes o triste exemplo de uma vida absolutamente contraria ao espírito eclesiástico*<sup>37</sup>.

No histórico elaborado por D. Carlos sobre o Seminário Episcopal da Conceição<sup>38</sup>, podemos perceber sua decepção com a possibilidade da formação sacerdotal local, considerando que nos vinte anos de funcionamento, sob a direção dos padres salesianos, foram conseguidas apenas quatro vocações sacerdotais, entre elas a do seu auxiliar, Dom Aquino Corrêa<sup>39</sup>. Perante esta realidade, D.Carlos, buscou como alternativa a vinda de ordens e congregações estrangeiras.

Ao investir na vinda de congregações estrangeiras para a

---

36 RELATÓRIO de D. Carlos sobre o Seminário de Cuiabá, s.d. caixa 109. rolo 70. ACMC

37 Ibidem.

38 HISTÓRICO do Seminário Episcopal da Conceição, s.d, caixa 109, rolo 70, ACMC.

39 Os salesianos assumiram a direção do Seminário da Conceição em 1894. D. Aquino Correa, além de ocupar o cargo de auxiliar de D. Carlos, posteriormente assumiu o Bispado de Cuiabá e após a morte de D. Carlos o Arcebispo de Cuiabá.

Diocese de Cuiabá, D. Carlos justificou sua atitude alegando a falta de pessoas aptas entre os habitantes mato-grossenses para ocupar os cargos sacerdotais.<sup>40</sup>

No pensamento de D.Carlos, apenas com as ordens estrangeiras, e a partir da disciplina nelas existente, estes futuros padres conseguiriam realizar a recristianização da população. Considerava também o fato de que estas ordens e congregações estrangeiras dispunham de um número de pessoal muito mais elevado para suprir a deficiência do clero secular. Como também disponibilizavam de ajuda financeira, proveniente do exterior, para a realização das obras e reformas de igrejas, entre outras ações. Neste prisma, para ele, o clero regular contribuiria para a regeneração do clero secular (MARIN, 2000, p. 163-165).

Entre as ordens e congregações estrangeiras que estiveram presentes no território de Mato Grosso durante sua administração, citamos as ordens e congregações: dos lazaristas, salesianos e os franciscanos.

Observa-se que D. Carlos não tinha consciência da dimensão da influência que a realidade sociocultural exercia sobre os sacerdotes. Não percebia, ao que consta, que a distância física das paróquias em relação aos poderes institucionalizados, dentro da escala hierárquica da Igreja Católica, levava a uma maior flexibilidade dos párocos em sua vida cotidiana, determinando uma menor rigidez na maneira de ministrar os sacramentos, seja devido à falta dos parâmetros necessários para os ritos católicos, seja devido a uma readaptação à realidade constituída.

Pode-se dizer que D.Carlos elaborou seu projeto administrativo eclesiástico tendo como suporte teórico o pensamento que direcionava o episcopado brasileiro conservador, sob os moldes ditados pelo projeto ultramontano, em consonância às normas pregadas pelo Concílio Tridentino. Não levando em conta a especificidade própria da região, as etnias encontradas e nem a multiplicidade de interesses que encontraria na Diocese de Cuiabá.

---

40 Ver Histórico do Seminário da Conceição. s/d, caixa 109, rolo 70, APMC.

Situação esta, que ocasionou, por muitas vezes, que as determinações enunciadas pelo bispo não saíssem do teórico, quer devido às dificuldades financeiras vivenciadas pelos párocos, quer pelo despreparo deles dentro dos preceitos ultramontanistas. Alguns destes padres passaram a viver em sintonia com o meio social do qual faziam parte, constituindo famílias, participando das questões políticas locais, ou mesmo, realizando algumas atividades comerciais paralelas à vida eclesiástica.

No âmbito das paróquias, algumas das diretrizes enunciadas pelo bispo de Cuiabá não eram realizadas devido ao distanciamento destas do poder central, como as próprias especificidades locais. Mas, D. Carlos esteve sempre próximo às diretrizes determinadas pela Cúria Romana, numa demonstração de obediência à hierarquia eclesiástica.

D. Carlos enfrentou inúmeras situações de dificuldades: indisciplina e número reduzido do clero, grande extensão territorial da Diocese/Arquidiocese, atritos desencadeados com a elite intelectual mato-grossense e também com alguns segmentos do próprio clero, e, por fim, o obstáculo de recristianizar os mato-grossenses mediante aos seus costumes e tradições locais.

Neste prisma, podemos considerar as formas de resistências da população diante das ações de cunho administrativo e eclesiástico de D. Carlos durante seu episcopado em Mato Grosso como um dos principais mecanismos do sucesso parcial do seu projeto.

### **Referências bibliográficas**

BENCOSTA, Marcus Levy Albino. **Igreja e Poder em S. Paulo: D. João Batista Corrêa Nery e a romanização do catolicismo brasileiro (1908 – 1920)**. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2000.

FRAGOSO, Hugo. A Igreja na Formação do Estado Liberal. In: HO-

ORNAERT, Eduardo (Org.) **História da Igreja na América Latina. História da Igreja no Brasil**. Tomo II/2. Petrópolis: Vozes, 1980.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Estudo sobre o Catolicismo Brasileiro: nos finais do século XIX e início do século XX**. Revista Brasileira de História, v. 17, n. 34, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MARIN, Jéri Roberto. **O Acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia**. 2. v. Assis, 2000. Tese. (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

MATOSO, Kátia M. de Queiroz. **Bahia Século XX: uma província no Império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **A Ocupação Pioneira da Região do Rio Cuiabá Abaixo**. Cuiabá: IHGMT, 1997.

\_\_\_\_\_. **Revivendo Mato Grosso**. Cuiabá, SEDUC, 1997.

CARTA PASTORAL, 1878.

CORRESPONDÊNCIA recebida, sobre as taxas de valores cobrados por uma celebração matrimonial, 1882, caixa 59, rolo 35, APMC.

CORRESPONDÊNCIA recebida, encaminhando abaixo – assinado contra o vigário Antonio Manoel Bicudo, 1885, caixa 59, rolo 35, APMC.

CORRESPONDÊNCIAS expedidas, consultando sobre a suspensão dos deveres eclesiásticos do Pe. Bernardo Barros Pereira, 1896, caixa 59, rolo 59, APMC.

CORRESPONDÊNCIA recebida do Núncio Apostólico e do Arcebispo do Paraguai, todas datadas de 1886, caixa 96, rolo 58, APMC.

CORRESPONDÊNCIA expedida ao Núncio Apostólico consultando sobre como deve proceder dos acontecimentos, 1886, caixa 123, rolo 85, APMC.

CORRESPONDÊNCIA expedida ao Núncio Apostólico relatando o

caso do Padre João Xavier da Silva. 1901, Caixa 123, rolo 85, APMC.

CORRESPONDÊNCIA recebida do Núncio Apostólico sobre a questão do Padre João Xavier da Silva. 1901, caixa 96, rolo 58, APMC.

CORRESPONDÊNCIA expedida ao Núncio Apostólico, 1901, caixa 123, rolo 85, APMC.

CORRESPONDÊNCIA recebida, de Américo Brasil relatando a participação política do Pe. João Xavier Silva. 1914, caixa 59, rolo 35, APMC.

CORRESPONDÊNCIAS expedidas ao Núncio Apostólico, aos arcebispos do Paraguai e de Buenos Aires, caixa 123, rolo 85, caixa 96, rolo 58.

CORRESPONDÊNCIA expedida ao Núncio Apostólico, relatando o caso Bernardo Barros Pereira, caixa 123, rolo 85, APMC.

HISTÓRICO do Seminário Episcopal da Conceição, s.d, caixa 109, rolo 70, APMC.

LEVANTAMENTO realizado pelo Padre Cometti nos testamentos de alguns clérigos que pertenciam ao quadro clerical, entre as administrações episcopais de D. José dos Reis e D. Carlos Luiz D'Amour, manuscritos, APMC.

PORTARIA, 1886, caixa 75, rolo 45, APMC.

PORTARIA, 1899, caixa 75, rolo 45, APMC.

PORTARIA, 1902, caixa 75, rolo 45, APMC.

PORTARIA, 1908. caixa 75. rolo 45. APMC.

Relatório de D. Carlos sobre o Seminário de Cuiabá, s.d. caixa 109. rolo 70. APMC.

### **Jornais:**

---

A REACÇÃO, n. 9 /mar/1911, p. 169, rolo 61, NDIHR.

A CRUZ, jun. /1910, p. 2, rolo 38, NDIHR.

A PROVÍNCIA DE MATO GROSSO, s. p., 8/maio/1881, rolo 26, NDIHR.

O LIBERAL, n. 388, 13 /dez/1879, p. 1-2 (recorte de jornal) caixa 125. rolo 87. ACM